ANC P4

Comissão de Ciência destitui relatora

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O presidente da Subcomissão de Ciência, Tecnologia e Comunicação, deputado Arolde de Oliveira, do PFL do Rio de Janeiro, enviou telegrama, domingo à noite, ao líder Mário Covas, comunicando que havia destituído do cargo a relatora, Cristina Tavares Corrêa e designado o deputado peemedebista José Carlos Martinez para ocupá-lo. Dessa forma, a deputada ficaria afastada também da Comissão de Sistematização, fato levantado e debatido ontem no plenário da Constituinte.

A versão é da própria deputada, citando testemunho do deputado peemedebista Antônio Gaspar: o presidente Arolde de Oliveira prometeu destituí-la da função de relatora na primeira reunião da subcomissão.

O líder Mário Covas, entregou segunda-feira o telegrama ao presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, explicando não ser possível destituir a deputada Cristina Tavares, que, além de ter assinado o seu relatório, havia recorrido ao presidente da comissão temática, deputado Artur da Távola, contra o encaminhamento da votação pelo deputado Arolde de Oliveira.

Covas lembrou ainda que os trabalhos da subcomissão já haviam sido encerrados e, além disso, cabe ao líder do partido indicar novo relator, e não ao presidente da subcomissão. E fez a seguinte ameaça: "Se relator pode ser substituído, presidente também pode". Arolde pertence ao PFL.

O deputado fluminense ficou irritado com a deputada Cristina Tavares porque, quando faltava apreciar apenas três artigos do seu relatório, ela e mais oito parlamentares retiraram-se da subcomissão por discordar do encaminhamento da votação pela sua presidência.

"MANOBRA"

Antes, porém, a deputada assinou o relatório e impetrou recurso contra o encaminhamento da votação pelo deputado Arolde de Oliveira, aceito pelo presidente da Comissão Temática, Artur da Távola.

A "manobra" para destituir Cristina Tavares , segundo ela mesma garantiu, foi articulada não só por Arolde de Oliveira, mas também pelos deputados José Carlos Martinez (vice-presidente da Subcomissão), Mendes Ribeiro, José Elias, Arnold Fioravante e a deputada Rita Furtado, que se teriam reunido várias vezes na Biblioteca da Câmara com esse objetivo. Conforme Cristina Tavares, o plano do grupo era destituir oito relatores das subcomissões, sendo o primeiro o senador peemedebista José Fogaça.

Agora, o deputado Ulysses Guimarães terá de se pronunciar sobre o problema em plenário, onde foi colocado como questão de ordem.

A destituição provocou a solidariedade, à parlamentar afastada, de constituintes de diferentes partidos, entre os quais Míriam Portella, do PDS, Benedita da Silva e Irma Passoni, do PT, Beth Azize, do PSB, Ana Maria Rattes, do PMDB e Moema São Tiago, do PDT.

O líder do PMDB, senador Mário Covas, em defesa de Cristina Tavares, disse que a atitude, além de violentar a tradição da Casa, não tem apoio do regimento. O líder destacou que "a Constituição precisa ser elaborada em clima de respeito", mas também deixou claro que "o PMDB não aceita prepotência, venha de onde vier".

ABANDONO DE TRABALHO

Cristina Tavares, segundo o líder do PFL, José Lourenço, e o presidente da subcomissão, Arolde de Oliveira, teria sido afastada por haver abandonado os trabalhos do órgão. E mais: com base no regimento interno da Câmara, a ser utilizado subsidiariamente em caso de omissão do regimento da Constituinte, pode haver mudança de relator se o parecer deste não for adotado pela comissão.

O líder Mário Covas, no entanto, com fundamento no parágrafo 4º do artigo 17 da Constituinte, sustentou que Cristina Tavares não só assinou seu relatório como recorreu à comissão temática a que pertence a Subcomissão de Ciência e Tecnologia e de Comunicação, contra procedimentos do seu presidente.

Alencar Monteiro

Arolde se irrita, no plenário, com a relatora de sua subcomissão, Cristina

Os militares manterão funções

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O deputado Prisco Viana (PMDB-BA), relator da Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições, não está disposto a acatar nenhuma alteração no atual papel constitucional das Forças Armadas, posição que conflita com a do presidente da mesma comissão, senador Jarbas Passarinho (PDS-PA). Coronel da reserva do Exército, Passarinho entende que esse item deverá sofrer algumas modificações na nova Carta. Ele defende a tese de que as Forças Armadas não devem ser acionadas, como primeira opção, nas ações repressivas contra greves e piquetes, mesmo que as paralisações trabalhistas ocorram em setores considerados, atualmente, como de atividade essencial — hidrelétricas e refinarias, por exemplo. Ou seja, segundo o senador, as Forças Armadas devem atuar apenas na garantia da ordem interna, "na defesa dos postulados democráticos e no estrito cumprimento da lei".

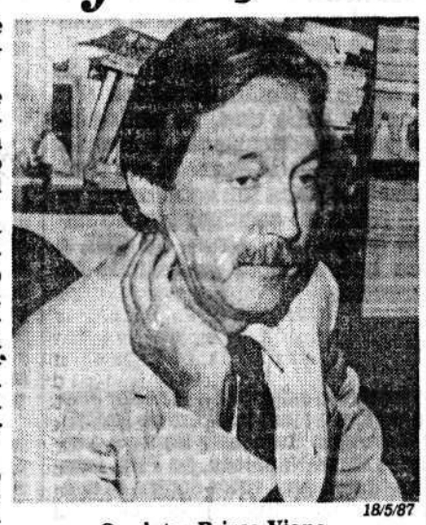
A Comissão de Organização Eleitoral reuniu-se ontem para discussões operacionais e, hoje, começa a dar andamento aos trabalhos. Aparentemente, este é o único ponto em que divergem o relator e o presidente da comissão, que trata de temas complexos, como a garantia da Constituição, partidos políticos, reforma eleitoral de destinação constitucional das Forças Armadas. Quanto aos temas tratados pelas Subcomissões do Sistema Eleitoral e de Garantias da Constituição, Prisco e Passarinho têm pontos de vista idênticos.

Sistema de governo — Prisco e Passarinho defendem o presidencialismo, embora o relator avance na proposição de um presidencialismo misto, com o Congresso Nacional forte.

Tribunal Constitucional — Embora essa proposta tenha sido aprovada a nível de subcomissão, tanto Passarinho quanto Prisco discordam da inovação. Eles acham que o Supremo Tribunal Federal se encontra perfeitamente capacitado a zelar pelo respeito à Constituição, mas Passarinho admite a criação de um tribunal intermediário, para desafogar o STF.

Voto distrital — O deputado Prisco Viana fala em distrital misto e o senador Jarbas Passarinho defende um distrital híbrido, o que, no fim das contas, vem a dar no mesmo.

Prisco Viana é ainda favorável a que se mantenha a idade mínima do eleitor em 18 anos, que o voto seja obrigatório e concorda com os termos da Subcomissão de Garantia da Constituição quanto à oportunidade de se abrir aos governadores e instituições a competência de argüição de constitucionalidade, hoje exclusiva do procurador-geral da República. Passarinho entende que o capítulo sobre segurança nacional deve ser mantido e que os pontos mais polêmicos se referem aos mecanismos de defesa do Estado e ao papel das Forças Armadas.



18/5/87

O relator Prisco Viana

Americanos gostam de sua Carta

Uma recente pesquisa de opinião feita conjuntamente pelo Jornal The New York Times e pela rede de televisão CBS mostra que a maioria do povo americano está satisfeita com sua Constituição, de 200 anos de idade e com 26 emendas. Tão satisfeita que apenas 11% dos entrevistados foram capazes de sugerir outras emendas a ela. Segundo as 1.254 pessoas ouvidas por telefone, a Constituição atingiu grande parte de seus objetivos — como unificar a nação e garantir a tranqüilidade interna — mas falhou no que diz respeito à igualdade entre as pessoas. Mas pelo menos 88%, numa pesquisa que admite uma margem de erro de mais ou menos três pontos percentuais, acham que a meta principal dos constituintes foi proporcionar a liberdade.

O levantamento Times-CBS teve como intenção reproduzir o que poderia ter sido uma pesquisa de opinião na época da elaboração da Constituição norte-americana, perguntando até mesmo qual o tipo e a estrutura de governo preferidos.

Enquanto 51% dos entrevistados reconhecem que o governo criou um sistema satisfatório de Justiça, 51% deles dizem que o mesmo governo não tem garantido a igualdade entre as pessoas. Prova disso é a diferença de resultado das respostas de pessoas brancas e de negros a esse respeito. Se os primeiros somam 41%, os últimos chegam a atingir 63%, na condenação do governo pela desigualdade social.

Mais do que o Executivo ou mesmo o Legislativo, o poder que mais gerou controvérsia foi a Justiça. Cerca de um terço dos americanos não concorda com o processo de revisão judicial, pelo qual a Corte Suprema pode julgar como inconstitucionais medidas dos outros dois poderes, revogando-as. Eles preferiram que o Executivo e o Legislativo fiscalizassem a si mesmos. Além disso, 52% se opõem à existência da vitaliciedade para os juízes da Corte Suprema, apesar do argumento de que esse sistema os deixa livres de pressões políticas. Dependesse dos entrevistados, a Justiça seria o mais forte dos poderes para apenas 8%, em comparação com os 20% que escolheram o Executivo e com os 28% partidários do Legislativo. Por outro lado, 40% concordaram com o que teria sido a idéia dos constituintes de há 200 anos: os três poderes devem ter peso idêntico.

Duas das emendas que os americanos fariam à sua Constituição: uma, obrigando Washington a equilibrar o orçamento (85%); outra, a daqueles que defendem (75%) uma emenda específica para a igualdade de direitos.

Cinco dias, prazo para emendas

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

De hoje até segunda-feira os constituintes poderão apresentar emendas aos anteprojetos elaborados e aprovados nas subcomissões e que se encontram com os oito relatores das comissões temáticas. Depois de receber as emendas, esses relatores terão cinco dias para compatibilizar as propostas e dar pareceres sobre elas.

Para o relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), o regimento interno está errado nesse ponto, porque ele entende que primeiro os relatores deveriam compatibilizar os pareceres anteriores e só depois serem apresentadas as emendas. Pelo cronograma estabelecido pela Comissão de Sistematização, a partir de hoje até o encaminhamento do primeiro projeto ao plenário ocorrerá o seguinte: de 26/5 a 1/6, apresentação de emendas; 6/6, apresentação, pelo relator, de anteprojeto à comissão temática; 15/6, encaminhamento à Comissão de Sistematização do parecer, já votado. Caso nesta data o relator da comissão temática não conclua o seu parecer, com votação na comissão, o relator da Comissão de Sistematização avocará o projeto e dará parecer; 15/6 a 15/7, trabalho de compatibilização do relator da Comissão de Sistematização aos oito pareceres das oito comissões temáticas, para publicação (por dois dias) e envio do parecer do relator no primeiro projeto. Nos primeiros 30 dias (de 17/7 a 18/8, prazo para recebimento de emendas de constituintes e de projetos do cidadão). A partir de 28/8, votação do primeiro projeto em plenário (sem previsão de tempo).

A duração do mandato do presidente Sarney (quatro, cinco ou até seis anos) somente terá uma decisão definitiva quando o primeiro projeto completo, elaborado pela Comissão de Sistematização, chegar a plenário para discussão e votação em primeiro turno, pois, até lá, em meio a emendas e pareceres de diferentes comissões temáticas, a fixação desse dispositivo entre as regras transitórias da nova Constituição será conflitante.

A discussão sobre a duração do mandato como de outros temas polêmicos (reforma agrária, pena de morte, aborto, minorias, sistemas de governo, atribuições do Legislativo e do Executivo e modernização do Poder Judiciário), se dará entre 17 de julho e 28 de agosto, prazo de 40 dias em que a matéria ficará em plenário para dicussão.

Na fase em que se darão as discussões, os constituintes terão prazo para apresentar, em definitivo, as emendas modificativas do projeto original, pois na fase posterior, de discussão e votação em segundo turno, só serão permitidas emendas supressivas ou de redação. Também nesse período qualquer pessoa poderá encaminhar emendas, desde que subscritas por, no mínimo, trinta mil pessoas e patrocinadas por pelo menos três entidades representativas de classe.

NOVO PERFIL

O perfil definitivo da futura Constituição vai ser traçado no plenário, o foro definitivo e soberano da Assembléia Constituinte. Por isso, diante da realidade saída das votações nas 24 subcomissões, no último fim de semana, pode-se dizer que muita coisa será alterada. O que se viu das subcomissões foi uma solução de centro, um perfil bem diferente do primeiro esboço saído dos primeiros pareceres dos relatores, que apontavam uma direção de "extraordinário avanço e altamente progressista", como definiu o relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral.

A área econômica dependerá de negociação, como a área política. Aliás, segundo alguns constituintes, como o líder do PL na Câmara, Adolfo de Oliveira, negociação foi o que faltou nessa primeira fase e determinou o radicalismo de algumas subcomissões, como a de Ciência e Tecnologia e Comunicações ou a de Reforma Agrária, ou ainda a de Princípios Gerais da Ordem Econômica.

Procuradoria insiste na função de fiscal da lei

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O presidente da Associação Nacional das Procuradores da República, Álvaro Ribeiro Costa, quer que o Ministério Público Federal continue com suas atribuições de fiscal da lei e defensor da União. Ele advertiu, ontem, em entrevista coletiva, que a retirada desses atributos do Ministério Público vai prejudicar o julgamento imparcial das causas envolvendo a União.

Para Álvaro Costa, essa função é a garantia de um regime democrático, além de representar a característica de um verdadeiro estado de direito. Ao suprimir do Ministério Público Federal a função de defensor judicial da União, a Constituição estará pondo em jogo todo o conjunto de bens da Nação como as terras devolutas, os lagos e rios que constituem limite com outros países, as ilhas oceânicas, os territórios indígenas e o mar territorial.

Segundo o presidente da Associação, esse conjunto de bens, que são os maiores valores do País, só pode ser defendido com eficácia por uma instituição independente como a Procuradoria-Geral da República.

Outro ponto destacado por Álvaro Costa é a unificação das procuradorias da União (trabalho e militar). Para ele, isso deve ser mantido, pois qualquer mudança nesse sentido atrapalharia o trabalho desenvolvido até o momento.

Dividido, PMDB muda de tática

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Há dois PMDBs distintos. A divisão é constatada nos trabalhos e resoluções de praticamente todas as comissões temáticas da Constituinte, seja cuidando de assuntos econômicos, sociais ou institucionais. Outro fenômeno observado: a superioridade numérica dos liberais e privatistas já provocou a mudança de tática do setor oposto, classificado de estatizante. Por orientação do grupo de esquerda do PMDB, nominalmente liderado por Mário Covas, os anteprojetos das comissões serão menos radicais que os produzidos pelas subcomissões.

Assim, o relator da Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças, deputado José Serra (PMDB-SP), deverá manter as propostas relativas aos sistemas tributário e orçamentário. Haverá profundas mudanças no anteprojeto do sistema financeiro, cujo relator, Fernando Gasparian (PMDB-SP), conduziu os trabalhos de modo contrário ao pensamento da maioria. Ele conseguiu, através de manobras, uma série de restrições ao funcionamento das instituições bancárias financeiras, aumentando consideravelmente a importância dos bancos estatais, principalmente o Banco do Brasil.

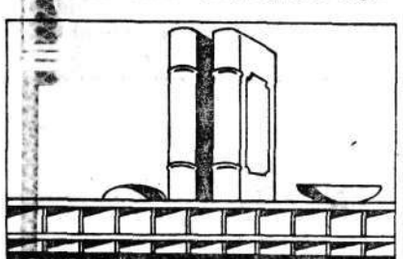
A nova orientação recebida pelos relatores das comissões indica que eles devem produzir anteprojetos mais sintonizados com a maioria, já que a tática anterior, de radicalizar, não deu certo. A estratégia inicial do grupo estatizante consistia em elaborar nas subcomissões anteprojetos bastante "progressistas". Sabendo da força dos privatizantes, eles tentaram ganhar mais na negociação final, o que acabou não ocorrendo. O centro articulou-se melhor e passou também a fazer o jogo da radicalização, com uma vantagem: tinha votos e não precisava, necessariamente, negociar muita coisa para que a futura Constituição fosse moldada pela maioria. Somente na Comissão de Ordem Econômica, as três subcomissões formadas demonstram esta conclusão, endossada por políticos e seus principais assessores.

No caso da Subcomissão de Princípios Gerais, restaram apenas dois artigos do relator Virgildásio Sena (PMDB-BA), cujo anteprojeto jácontinha dispositivos claramente prontos para serem cortados como sinal de "boa vontade" da esquerda, que pretendia, deste modo, conseguir alguns avanços em suas posições. Os liberais, no entanto, contra-atacaram como um "rolo-compressor". O próprio deputado Wladimir Palmeira (PT-RJ) admitiu que a disposição dos centristas não abria a menor possibilidade de negociação, tirando a chance de que a esquerda escrevesse uma só linha daquela subcomissão. A vitória dos liberais foi de 15 a 8, com vantagens constantes para todos os artigos. Na Subcomissão da Política Agrícola e Reforma Agrária o processo repetiu-se, falhando a tentativa de Mário Covas de conseguir alguma coisa para seu grupo.

Ulysses reúne relatores e líderes em sua casa

O presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, reuniu-se ontem à noite com os líderes do PMDB e os relatores das comissões e subcomissões temáticas para fazer um balanço dos trabalhos até agora realizados pelos constituintes e traçar uma estratégia para os próximos passos da tramitação dos anteprojetos já aprovados.

Antes do encontro, realizado na sua residência oficial, Ulysses explicou que pretendia debater os "pontos críticos" dos diversos anteprojetos e as dificuldades encontradas pelos relatores nas primeiras etapas dos trabalhos. Ele adiantou, ainda, que iria reiterar a necessidade do cumprimento do prazo previsto no Regimento Interno para o término desses trabalhos, "para não frustrar a opinião pública, que espera, ansiosamente, seja a nova Constituição promulgada ainda este ano".



Um dos temas polêmicos do encontro acabou sendo a destituição da deputada Cristina Tavares (PMDB-PE) do cargo de relatora da Subcomissão de Ciência, Tecnologia e Comunicação.

O líder do PMDB na Câmara, deputado Luís Henrique, informou por sua vez, que o objetivo dos líderes era "buscar fórmulas" para evitar os confrontos verificados nas votações até agora realizadas, e manter a unidade do partido nas futuras votações.

Igreja recolhe assinaturas

PORTO ALEGRE
AGÊNCIA ESTADO

A Igreja Católica fará sugestões concretas à Assembléia Constituinte e para isso, durante o mês de junho, recolherá assinaturas em todas as dioceses — o mínimo necessário são 30 mil assinaturas. A informação foi dada pelo ex-presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), dom Ivo Lorscheiter, na sua alocução semanal "A Palavra do Pastor", transmitida ontem pela rádio Medianeira. Em sua mensagem dom Ivo pede aos cristãos que acompanhem os trabalhos da Constituinte e aproveitem as possibilidades oferecidas. "Uma forma de fazer isso é escrever a um constituinte de sua confiança, solicitando defesa de propostas para uma verdadeira democracia", disse dom Ivo, salientando, porém, que a forma mais eficaz são as emendas assinadas por 30 mil eleitores, previstas no regimento da Constituinte. Dom Ivo pediu aos católicos que não assinem propostas antes de analisá-las e que aguardem informações diretas em suas dioceses. As sugestões da CNBB aparecerão nos próximos dias, em folhas de abaixo-assinados.

Hoje, Ulysses é o presidente da República

Das 9 às 17 horas de hoje, os poderes Executivo e Legislativo, a Assembléia Constituinte e o PMDB mudarão de comando: Ulysses Guimarães responderá, no período, pela Presidência da República, devido à rápida viagem de Sarney ao Uruguai. O senador Mauro Benevides (PMDB-CE) responderá pela presidência da Assembléia Constituinte, o deputado Homero Santos (PFL-MG) pela presidência da Câmara e o senador Afonso Camargo (PMDB-PR), pela presidência do PMDB.

Os liberais, a economia e o diabo

OLIVEIROS S. FERREIRA

Com certeza, os defensores de u'a maior intervenção do Estado na economia não gostaram de ver o parecer do relator Virgildásio de Senna esmagado por aquilo que o deputado Guilherme Afif Domingos chamou de "rolo compressor" (16 a 1). Daí terem saído da votação dizendo cobras e lagartos contra o trio "demoníaco" integrado por Afif-Delfim - Campos, que comandaram a aprovação de substitutivo considerado por uns como retrógrado, por outros meramente como antiestatizante. Passada a dor de cabeça da derrota, os defensores do parecer Virgildásio pensarão de maneira diversa e com certeza envidarão esforços para que as medidas aprovadas pelos liberais sejam conservadas com o voto dos estatizantes. Os liberais, por sua vez, assentada a poeira da vitória, deverão verificar se aquilo que aprovaram responde à sua concepção liberal da ordem econômica, ou atende mais aos interesses dos defensores dessa estranha coisa chamada de "segurança nacional" — que nada tem de liberal!

O substitutivo aprovado merece passar por uma boa comissão de redação — fato que se compreende, especialmente quando se tem em conta o cenário em que transcorreram adiscussão e a votação. Comissão de redação necessária para compatibilizar artigos e parágrafos, expurgar repetições, tornar o dotexto sintético. O defeito maior do texto é sua enxúndia, a preocupação em prever todas as possibilidades de ataque à propriedade e à livre iniciativa — com o que acaba abrindo a guarda e permitindo que por ela passe tudo, desde o mais reprovável conservantismo ao mais condenável intervencionismo. E enxundioso, por exemplo, estabelecer que a ordem econômica se funda na livre iniciativa com base no princípio da propriedade privada dos meios de produção. Ora, a rigor, se se resguarda a propriedade privada dos meios de produção, pode estatizar-se a propriedade dos meios de distribuição. Ou não? Por que, por outro lado, a redundância de afirmar o direito de propriedade — **portanto a livre disposição dela** — e insistir na tese da transmissão hereditária, invadindo a Constituição, que os liberais sempre pretenderam, sintética, campo a rigos do Código Civil, em que as mudanças da mentalidade coletiva poderão espelhar-se com maior facilidade do que no texto constitucional?

Essas são questões menores, porém o fundamental, a meu ver — isso da perspectiva liberal —, é admitir-se expressamente no texto aprovado que a livre concorrência e a liberdade de iniciativa podem não ser capazes de **organizar setores de interesse coletivo**, e podem não ter condições de **suprir setor econômico com eficácia**. Ao admitir (artigos 6A05 e 6A06) que o Estado poderá intervir nessas condições (curiosamente as expressões são vagas para tudo permitir), os liberais proclamam que o liberalismo não é capaz de sobreviver à livre concorrência, isto é, ao mercado, e também não é capaz de responder com eficácia ao interesse coletivo. **De profundis...**

Pior do que isso é a redação do artigo 6A06, que se diria produzido nos laboratórios da ESG ou do Conselho de Segurança Nacional: "O Estado não poderá substituir a empresa particular... senão para atender aos imperativos da segurança nacional ou..." Diante dessa redação, o mercado desaparece e os princípios do liberalismo são jogados pela janela. O que provoca a maior surpresa é ver que, nesse particular, os liberais repetem a Constituição da Junta Militar (a emenda nº 1). Curioso, não?

Se é curiosa a coincidência, dramático é o avanço do Estado por eles patrocinado. Os serviços públicos, todos, são estatais, podendo ser concedidos. Sempre a concessão — ou como quer o deputado Afif Domingos, o cartório! E o subsolo, por ação dos liberais, passa a pertencer à União. Não discuto se deve ou não ser assim. Apenas estranho que os liberais tenham ido além da Junta Militar.

De fato, a emenda constitucional nº 1 estabeleceu que "as jazidas, minas e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta da do solo, para o efeito da exploração ou aproveitamento industrial" (art.168). A exploração e aproveitamento dependeriam, **apenas eles**, de autorização ou concessão federal, além de assegurar-se ao proprietário do solo a participação nos resultados da lavra.

Que fizeram os liberais? Produziram essa preciosidade: "Artigo 6A10 — As jazidas, as minas e demais recursos minerais, os potenciais de energia hidráulica **e as reservas de água subterrânea** constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento industrial, **e pertencem à União"!!** A União, isto é, o Estado, é a proprietária de tudo o que estiver no subsolo — até da água que se usa mediante poços artesianos. Contrários à intervenção do Estado no domínio econômico, os liberais fizeram da União a proprietária do subsolo e abriram as condições para a **Aguamineralbrás.** Confesso que nada entendo.

O Brasil caminha celeremente para o surrealismo. O triunfo dos defensores da doutrina da segurança nacional parece ter-se dado, salvo modificações em contrário, graças à luta dos liberais contra a estatização da economia! Apesar dessas evidências gritantes, os bem-pensantes não gostam que o papa diga que o diabo existe...